



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search  
<http://ageconsearch.umn.edu>  
[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



**<B> REDES SOCIAIS DE RECIPROCIDADE NOS ESPAÇOS LOCAIS DO MEIO RURAL E INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO </B>**

**FRANCINEI BENTES TAVARES; MÁRCIO ANTONIO MELLO;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE - RS - BRASIL**

**frankbentes2@yahoo.com.br**

**APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**AGRICULTURA FAMILIAR**

**Redes sociais de reciprocidade nos espaços locais do meio rural e iniciativas de desenvolvimento: algumas possibilidades de interação**

**Grupo de pesquisa: 7 – Agricultura familiar**

## Resumo

A partir da identificação de um sistema trinitário de regulação social (a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio), uma gama muito variada de autores vem discutindo ultimamente quais as conseqüências do domínio cada vez mais amplo do intercâmbio mercantil nas sociedades contemporâneas, principalmente para as práticas dos espaços locais baseadas em lógicas de reciprocidade, que estruturam a organização social e produzem valores humanos, como a confiança e a justiça. Para a construção desse artigo, consideramos que a reciprocidade foi e continua sendo uma dimensão importante de ser levada em consideração, principalmente nas áreas rurais, mesmo na atualidade, e que a configuração de redes locais – parentesco, amizade, compadrio, vizinhança, de trabalho, entre outras – a partir do estabelecimento de relações e vínculos sociais baseados no princípio da reciprocidade, pode ser interessante não apenas para uma compreensão mais abrangente da realidade rural atual, mas também para moldar ações e estratégias locais de desenvolvimento. O grande desafio, no entanto, parece ser como fazer com que as possibilidades trazidas a partir da abordagem conjunta de reciprocidade e de redes sociais possam permitir a junção de características de modelos de desenvolvimento endógenos e exógenos, possibilitando a utilização dos recursos locais como base das políticas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** reciprocidade, redes sociais, políticas de desenvolvimento rural.

## 1. Introdução

A partir da constatação que as lógicas de reciprocidade e os valores gerados pela sua existência ainda desempenham um papel importante na organização social e econômica das sociedades rurais atuais, já não se pode desconsiderá-las quando se busca atuar de forma a proporcionar políticas de desenvolvimento para o meio rural.

Quando um aspecto que contribui para moldar, em última instância, a sociabilidade que se estabelece entre os indivíduos no meio rural é secundarizado, não sendo objeto de uma atenção específica, ou mesmo é deixado completamente de lado por iniciativas que se propõe a trabalhar com as organizações e instituições em nível local, podemos observar dois fatores principais: o desconhecimento em relação às dimensões organizativas da vida social e cultural das populações rurais e de seus valores fundamentais e fundantes; e, principalmente, a falta de sensibilidade dos “*policy-makers*” para uma aferição mais precisa das condições que configuram as ações sociais em âmbito local, mas que estão intrinsecamente relacionadas a fatores exógenos.

Portanto, tais fatores culminam na desconsideração de uma importante dimensão organizativa da vida social local em políticas voltadas para o rural, visto que são priorizadas principalmente iniciativas voltadas a promover a ampliação do contato das populações rurais com o intercâmbio mercantil.

Nesse sentido, os objetivos deste artigo são buscar, primeiramente, um entendimento acerca das noções de reciprocidade e de redes sociais, procurando, na medida do possível, realizar uma abordagem que possibilite entender conjuntamente essas duas perspectivas teóricas que embasam em grande medida as dimensões organizativas das sociedades rurais contemporâneas. E, em segundo lugar, pretendemos explorar alguns dos aspectos das relações

de reciprocidade estabelecidas no mundo rural brasileiro, principalmente entre indivíduos e grupos que convivem em um mesmo espaço e estabelecem vínculos entre si, buscando debater o potencial da discussão acerca das redes sociais geradas a partir dessas relações especialmente na sua dimensão normativa, ou seja, na orientação da formulação e aplicação de políticas públicas e outras ações diretamente ou indiretamente ligadas a iniciativas que proponham intervenções utilizando o potencial organizativo local (focando nas políticas que têm como alvo a agricultura familiar), principalmente relacionadas às aceções dadas à noção de desenvolvimento local e às possibilidades de superar a dicotomia entre os modelos de desenvolvimento endógeno e exógeno.

No entanto, é preciso deixar bem claro que tais análises devem levar em conta também os aspectos da reciprocidade negativa que contribuem para moldar as relações sociais em âmbito local (como pode ser exemplificado a partir dos inúmeros casos de clientelismo que existem nas organizações sociais do mundo rural), ou seja, a discussão sobre as redes de reciprocidade deve examinar não apenas a geração de valores positivos que, em último caso, contribuem para manter a coesão social (como justiça, confiança e equidade), mas também de valores e comportamentos que podem ser considerados como negativos (paternalismo, favorecimentos, etc), mas cuja existência não pode ser desconsiderada, sob o risco de dar margem à criação de distorções significativas que possam prejudicar a formulação e aplicação de políticas e iniciativas voltadas às populações rurais.

## **2. Aspectos teóricos da discussão envolvendo reciprocidade e redes sociais**

Atualmente, muitos pesquisadores e estudiosos dos temas rurais têm se voltado para outras conceituações e perspectivas teóricas visando discutir o desenvolvimento rural, que não apenas aquelas de cunho econômico contidas nas principais formulações de desenvolvimento voltadas para esse espaço e para suas populações. Nesse sentido, podemos afirmar que tais pesquisadores vêm percebendo as insuficiências das formulações puramente econômicas para explicar fatos como a própria existência dos mercados (Bagnasco & Triglia, 1993), o que pressupõe a abordagem de aspectos mais ampliados que possam dar conta da própria organização social e das relações travadas entre os indivíduos e entre os grupos sociais.

Dentre as inúmeras perspectivas que surgem buscando dar conta desse contexto, destacamos duas que, pela sua pretensão à universalidade e pela sua ampla aceitação, podem se constituir em construções teóricas basilares para aqueles que buscam compreender e formular políticas voltadas para o desenvolvimento rural: as que envolvem os conceitos constituintes das teorizações sobre reciprocidade e sobre redes sociais.

Portanto, procuraremos antes de mais nada compreender a maneira em que as noções de reciprocidade e de rede podem ser concatenadas, de forma a possibilitar uma análise que possa mostrar alguns dos elementos de ligação entre os conceitos, e embasar a construção teórica que pretendemos firmar como alicerce do trabalho, isto é, as redes de reciprocidade como essenciais para a sociabilidade no meio rural e, muito possivelmente, podendo servir de lastro para as intervenções que pretendem se realizar nesse espaço.

Dessa maneira, é importante realizarmos um breve apanhado teórico das principais formulações envolvidas nas discussões sobre reciprocidade e sobre redes nas ciências sociais, de modo a permitir uma visualização compreensiva das mesmas que forneça subsídios importantes para uma abordagem conjunta dessas perspectivas.

## 2.1. *Dádiva, reciprocidade e relações sociais*

Nesse tópico específico, buscamos apresentar, de forma sucinta, os principais debates que se desenrolaram em torno das noções de dádiva e de reciprocidade no âmbito de diferentes áreas disciplinares das ciências sociais (antropologia, sociologia e economia).

A teorização que deu origem à discussão sobre reciprocidade foi formulada inicialmente por Marcel Mauss (1974), no seu notório Ensaio sobre a Dádiva, publicado originalmente em 1924, e se pretendia possuidora de uma validade universal (pelo menos no que tange às assim denominadas “sociedades arcaicas”). Vista enquanto uma dimensão mais ampla de ligação social entre os indivíduos, a dádiva implicava principalmente em uma produção de alianças, um substituto das guerras e da violência que pressupunha a construção de relações entre povos (matrimoniais, festivas, etc), políticas, econômicas, jurídicas e religiosas, sendo o sacrifício enxergado como o estabelecimento de uma ligação com as divindades através da dádiva, por exemplo (Lanna, 2000).

Para Mauss, a dádiva assumia um caráter bastante amplo, incluindo festas, casamentos, patrimônio, esmolas, troca de presentes e até mesmo os tributos pagos pelos grupos a um poder centralizador (Lanna, 2000). Assim, a dimensão principal da organização social seria um constante dar-e-receber, a partir das prestações assumidas na dádiva, que podiam inclusive ser de caráter “agonístico” (como nos rituais indígenas que consistiam nas demonstrações públicas de rivalidade de despesas e destruição de riquezas), o que mostrava que a organização da dádiva podia assumir diferentes características, de acordo com a época e o lugar em que era posta em prática. Os aspectos sociais envolvidos em todas essas ações (e originados a partir de atos de dádiva) eram a prova de que tais manifestações tinham muito mais a mostrar do que apenas fatores religiosos e culturais presentes nas sociedades “arcaicas” estudadas (Mauss, 1999).

Assim, Mauss afirma que a noção de dádiva estaria centralizada em uma tripla obrigação: dar, receber e retribuir, a partir dos conceitos de dom e contra-dom. Nesse caso, surge o que Boltanski (1990) denomina paradoxo da dádiva, ou seja, se a ênfase é colocada sobre o dom, a gratuidade do presente dado é reforçada, e a troca perde seu sentido (afinal, se a doação tem um caráter gratuito, não haveria porque se esperar uma retribuição). Ao contrário, se a ênfase é colocada sobre as relações de troca, não existiria gratuidade do dom, que significaria uma ilusão ou um engano. Em suma, o que se questiona é o caráter de gratuidade e desinteresse presente (ou não) nas ações dos atores sociais a partir de uma oferta de dádiva.

Para Mauss (1974), o que estaria no âmago da obrigação de retribuir um presente recebido seria o espírito da dádiva (o *hau*, na cultura maori neozelandesa), presente no próprio objeto que foi inserido na relação, e que levaria necessariamente ao retorno e à retribuição do presente dado. Nesse sentido, a razão máxima que levava ao complexo ato da dádiva, dividido em três partes distintas, era justamente uma força interna à relação estabelecida, e que estaria impulsionando as obrigações entre os participantes da dádiva. Ao mesmo tempo, a razão de dar não estaria em um ato desinteressado, mas pressupunha um certo interesse em constituir relações e ligações sociais centradas justamente na obrigação de retribuir. Assim, o ato de dar seria, simultaneamente, obrigatório e espontâneo (Lanna, 2000), já que não existe dádiva sem expectativa da retribuição por parte de quem recebe.

No entanto, Lévi-Strauss (1974), na introdução que escreveu ao trabalho de Mauss, publicada pela primeira vez em 1947, desata o paradoxo da dádiva por um outro lado, ao afirmar que o que Mauss definiu como o espírito da dádiva (o *hau*), poderia ser visto enquanto um princípio de troca simétrica. Em outro momento, Lévi-Strauss (1967) mostrou que as estruturas elementares de parentesco eram orientadas pelo princípio da reciprocidade e pela aliança, mas vendo a razão elementar da dádiva na noção de troca, obedecendo regras específicas, interiorizadas pelos indivíduos e presentes, de forma inconsciente, na própria estrutura das relações constituídas a partir da dádiva. Essa postura estruturalista reduz a reprodução da dádiva (isto é, o princípio da reciprocidade) à noção mais elementar de intercâmbio, configurando dessa forma uma visão extremamente objetivista desse processo.

Todavia, o objetivismo de Lévi-Strauss foi questionado por outros autores, como Claude Lefort, em um artigo de 1951, que se apoiava sobre a fenomenologia para dar um outro significado para a dádiva (Boltanski, 1990). Para Lefort, a redução da dádiva à troca pura e simples não explicava a obrigação expressa no primeiro dom, o ato inicial de dar. Nesse sentido, a dádiva seria uma manifestação da subjetividade, visto que ao dar e receber, as pessoas confirmam umas às outras que são sujeitos, e não coisas. A retribuição é uma prova da ação semelhante de um igual, ou seja, um ser humano reafirmado em sua condição pelo ato triplo de dar, receber e retribuir.

Partindo dessas distintas contribuições, Bourdieu (1996) procura superar a dicotomia entre as abordagens objetivista e subjetivista, centrando o foco na prática social dos atores e no sentido que as mesmas expressam. Para ele, a questão da dádiva devia ser abordada a partir de uma análise temporal, que desvendaria o sentido último das ações constituintes do processo. O aspecto fundamental não seria, portanto, a troca objetiva, e sim os períodos de tempo decorrentes entre o ato primeiro (a doação ou dom) e a restituição (a retribuição ou contra-dom). Nesse sentido, Bourdieu afirma que há uma distinção fundamental entre o intercâmbio econômico (que se realiza no mesmo instante e, portanto, não configura uma dádiva), e a troca de dádivas, cuja temporalidade é mais elevada, isto é, constituída necessariamente por lapsos temporais.

Assim, existe uma tensão nos atores sociais, presente no intervalo entre o ato de dar e o ato de retribuir, conforme o mesmo seja mais curto, mais longo ou sujeito a atrasos. Os atores podem então conferir sentido à sua prática e não ignoram completamente os esquemas organizativos de seus intercâmbios, como a análise objetivista de Lévi-Strauss afirmava, ou seja, já que as regras não são necessariamente inconscientes, os atores podem não cumpri-las em sua totalidade e até mesmo podem modificá-las, constituindo ações estratégicas a partir da situação que vivenciam. Por outro lado, a dádiva instaura relações de poder, por deixar os indivíduos que recebem o dom em dívida com os que doam. A ênfase na dívida e no poder faz parte de uma discussão sobre a estratégia dos atores sociais, que pode ser mesmo de conflito e “guerra”, dependendo basicamente da temporalidade envolvida na retribuição da dádiva.

Em uma outra direção, autores como Caillé (1998) destacam a dádiva como aspecto fundante de um novo paradigma nas ciências sociais, moldando as relações sociais entre os indivíduos, e questiona Bourdieu, principalmente a partir da noção de gratuidade do ato da dádiva. Para o autor supracitado, já que não há uma coação social explícita nem regras inconscientemente incorporadas nas pessoas para obrigá-las a iniciar a dádiva, existe uma dimensão de gratuidade no gesto de dar, porém os valores e os aspectos morais das relações sociais também fazem com que as pessoas se sintam pressionadas a realizar a retribuição.

Nesse sentido, a dádiva comportaria as noções de gratuidade e de liberdade, ao mesmo tempo em que traria inseridos aspectos relacionados ao poder, à obrigação e ao interesse, e dessa maneira o paradoxo da dádiva seria permanente (não passível de resolução), visto que análises dicotômicas como a da gratuidade/obrigação não seriam capazes de dar conta da dádiva enquanto fato social mais ampliado, presente em todas as dimensões da vida social (Radomsky, 2005).

Caillé (*apud* Sabourin, 2003) abre um espaço, portanto, para a distinção entre dádiva e reciprocidade, pois para o mesmo, o paradigma da dádiva se aplicaria a toda ação ou prestação efetuada sem perspectiva de retorno (abrangendo uma noção de gratuidade), e cuja principal função seria constituir ou manter a sociabilidade entre os indivíduos. Já Temple (2004) define a reciprocidade como a reprodução da dádiva, ou de outras ações e prestações igualmente passíveis de construção de sociabilidade, representando, portanto, uma operação realizada entre sujeitos, e podendo ser reversível, ao contrário da noção de intercâmbio (que pressupõe somente uma troca de objetos), sendo importante destacar que o próprio sentido da dádiva é gerado a partir das lógicas de reciprocidade. Temple ainda insere a reciprocidade da dádiva dentro de uma dimensão econômica, constituindo uma das duas lógicas existentes em todas as sociedades humanas, ao lado da troca mercantil.

Essa diferenciação é importante para percebermos que a reciprocidade da dádiva tanto serve para moldar as relações sociais mais gerais dos indivíduos, como para constituir um tipo específico de sociabilidade a partir das relações econômicas entre os mesmos, geradora ao mesmo tempo de valores humanos, como justiça e confiança (Temple, 1998), e de relações de poder entre as pessoas, por vezes assimétricas (como nos casos de patronagem e clientelismo). Nesse sentido, a reciprocidade pode ser vista como um “fato social total”, no sentido dado por Mauss, por engajar o ser humano (indivíduos e grupos) em sua totalidade, tanto a partir de suas relações sociais e econômicas, como culturais, políticas e simbólicas (Sabourin, 2005b).

## 2.2. As contribuições para a discussão sobre reciprocidade feitas por Karl Polanyi

Do ponto de vista da antropologia econômica, o principal autor a se utilizar da noção de reciprocidade como um dos parâmetros explicativos para as relações econômicas foi Polanyi (1980), que através de sua obra *A Grande Transformação* (publicada em 1944), distinguia a economia como uma delimitação a partir das regras e organizações sociais.

A própria vida econômica seria subordinada à integração social, através de diferentes combinações de três grandes formas de regulação: o intercâmbio mercantil entre os indivíduos, a reciprocidade (entre famílias, clãs e grupos sociais), e a redistribuição (pressupondo um centro, uma autoridade perante a sociedade, representada pela existência do Estado). Para o autor, cada um desses princípios de integração da sociedade tiveram diferentes formas de distribuição em cada tipo de sociedade, com maior ou menor importância no decorrer do tempo.

Porém, nas formulações de Polanyi, a partir do século XIX a sociedade contemporânea passou a adotar o fenômeno do mercado autoregulador, ao se liberar os três *inputs* básicos do processo produtivo (terra, trabalho e capital) de qualquer controle por parte das regras e instituições que norteavam a organização social, submetendo-se de uma maneira mais ampla às regras mercantis (as leis da oferta e da demanda a partir dos preços), sendo que a sociedade passou, portanto, ao controle do mercado, numa inversão única na história humana. No

entanto, Polanyi sustenta que tal desregulamentação dos fatores produtivos é insustentável a longo prazo<sup>1</sup>, ou seja, é impossível manter a coesão social em um cenário em que o mercado obedece às próprias regras e dita, em última instância, as modificações e a evolução social, sendo que necessariamente deve haver uma “re-regulamentação” (Wilkinson, 2002) imposta pela sociedade ao mercado.

Assim, Polanyi (1980) afirma que há um “duplo movimento”, desde o século XIX até os tempos atuais em que, por um lado, se expandem as transações mercantis em todos os níveis (atualmente, uma expansão principalmente global), e por outro lado, há uma constante demarcação de limites e regulamentações à ação do mercado, visando proteger a estabilidade social, como pode ser exemplificado a partir do caso do Estado keynesiano até os anos 70.

Todavia, nas análises do autor, os valores humanos e sociais são inseridos nas estruturas sociais (regras, convenções, etc), que constituem aspectos importantes da vida social, como a cultura e a organização social tradicionais. A partir do momento em que se generaliza o intercâmbio mercantil, as práticas de reciprocidade desaparecem, assim como acontece com as sociedades pré-capitalistas (Sabourin, 2005a). Nesse caso, a noção de enraizamento (*embeddedness*) norteia a análise, pois nessas sociedades, o mercado está “enraizado” nas estruturas sociais, que o influenciam de maneira crucial, visto que as trocas mercantis são apenas uma das formas de regulação social existentes. Já no caso das sociedades contemporâneas, o mercado estaria “desenraizado”, sem nenhum tipo de influência dessas estruturas. Tais análises foram relativizadas tanto por trabalhos da área econômica (Granovetter, 1985), como por autores que discutem as formulações de Polanyi em outras áreas disciplinares, como Temple (1998) que questiona a separação realizada por esse autor entre os valores humanos e o domínio econômico, principalmente a partir da perspectiva de que a reciprocidade seria uma estrutura econômica, essencial para a configuração das sociedades, inclusive as atuais.

Assim, também para Bottazzi (1994), a tese da construção social dos mercados, formulada inicialmente por Polanyi (1980), permite a aplicação do sistema trinitário proposto por este último, mas sob moldes diferenciados, tendo em vista que a atividade econômica seria derivada de uma interação entre formas de integração diversas (reciprocidade, intercâmbio e redistribuição) funcionando de acordo com lógicas sociais, e possuindo fatores que não estão diretamente relacionados com os mercados, mas que nem por isso deixam de possuir “valores diretamente econômicos”, como a redistribuição de renda, a alocação da oferta de trabalho, a produção de bens e serviços fora do mercado (autoconsumo, produtos utilizados nos atos de reciprocidade), bem como formas diversas de solidariedade e cooperação (Bagnasco & Triglia, 1993). Dessa maneira, a construção social dos mercados pressupõe uma reconstrução permanente nos coletivos sociais, abrangendo negociações, aprendizados e interações entre os atores sociais, visando equacionar seu funcionamento e normatização (Callon, 2004), que não necessariamente são existentes apenas nas civilizações pré-capitalistas.

Nessa mesma linha de argumentação, o que Nicolas (2002) destaca é atualidade da reciprocidade, pois são variadas, nas sociedades atuais, as situações mistas em que coexistem o sistema de intercâmbio mercantil e o sistema de reciprocidade. Embora em muitos casos o

---

<sup>1</sup> Para Bottazzi (1994, p. 428, nossa tradução), “a economia tenta submeter o social. Pois não somente o mercado não está na forma natural das relações sociais, mas apresenta traços francamente ‘inumanos’, que colocam em perigo até mesmo a essência da coesão social”.



primeiro mascare ou paralise o segundo, a sua existência concreta enquanto molde de relações sociais específicas, principalmente nas sociedades rurais contemporâneas, pode ser identificada (Sabourin, 2005a). Neste caso, em muitos aspectos, as formas de mercado existentes podem associar práticas baseadas nas dimensões de troca e de reciprocidade, o que torna difícil separá-las e distingui-las claramente, causando uma situação em que lógicas de mercado coexistem com lógicas tradicionais fundantes de valores humanos (como demonstra Abramovay, 2004), pois os vínculos situados principalmente a partir de intercâmbios monetários podem ser também geradores de relações recíprocas de dependência, solidariedade, clientela, confiança e submissão, por exemplo, principalmente nos denominados mercados de proximidade.

O que Polanyi (1980) definiu como a desapareição da reciprocidade frente ao constante domínio do intercâmbio mercantil na vida social (em vista da separação entre organização social e economia), pode ser considerado como uma via de mão dupla: tanto valores humanos podem trazer em seu âmago uma dimensão econômica, como os aspectos econômicos teoricamente “desenraizados” ou submetidos a formas de regulação, podem desempenhar o papel de fornecer sistemas socioeconômicos híbridos em que coexistam a lógica de intercâmbio e a de reciprocidade.

Dessa forma, consideramos que nas sociedades rurais contemporâneas pode ser identificado, dependendo do lugar e da evolução histórica dos fatores de integração social, em diferentes combinações e proporções, o sistema trinitário descrito por Polanyi, com a presença de sistemas híbridos em que a reciprocidade e o intercâmbio podem coexistir e, inclusive, reforçarem-se mutuamente (Radomsky, 2005).

Contudo, na atualidade as estratégias de redistribuição existentes (políticas públicas para o meio rural, por exemplo) praticamente não levam em conta a existência de aspectos, relações e instituições de cunho social moldados pela dimensão da reciprocidade entre as populações rurais, preferindo focar e reforçar as lógicas de intercâmbio existentes, e que muitas vezes são confundidas com as próprias ações derivadas da reciprocidade. Nesse caso, Sabourin (2003) propõe travar uma discussão acerca das possibilidades de se levar em conta aspectos ligados às lógicas locais de reciprocidade na formulação e na aplicação de ações derivadas da lógica redistributiva no meio rural.

### *2.3. Possibilidades de interação entre redes sociais locais e reciprocidade*

Antes de mais nada, passamos a um breve apanhado acerca das noções envolvidas no debate sobre as redes sociais para, em seguida, buscarmos alguns pontos de convergência com as discussões sobre reciprocidade nos espaços locais do meio rural.

De acordo com Marques (2000), a noção de rede pode ter três significados principais nas ciências sociais: um metafórico (para ilustrar as conexões sociais), um normativo (determinando certas configurações relacionais para se alcançar determinados objetivos) e um metodológico, em que as análises se centram nas relações sociais, estabelecendo uma “sociologia relacional” que se preocupa com as formas de criação e ampliação dos contatos, vínculos e conexões construídos pelos atores sociais.

Nesta última acepção, as pesquisas foram desenvolvidas a partir de duas grandes vertentes. A primeira delas contém os trabalhos fundadores da análise de redes, que se situam no âmbito da antropologia da escola anglo-saxã, desenvolvidos principalmente por Radcliffe-Brown, até pelo menos o início dos anos 70 do século passado. Tal linha focava suas análises basicamente nos vínculos entre entidades e organizações sociais, estudando “a conectividade em redes de menores proporções” através de representações gráficas das mesmas (os denominados sociogramas), mas que não avançava para o estudo de redes mais amplas. Já a segunda linha, surgida a partir da década de 70, buscou enfocar também as estruturas das redes e a posição das entidades sociais e dos indivíduos nas mesmas, dando destaque principalmente para as interações sociais entre os indivíduos, considerados ativos na definição de estratégias e de ações, como pode ser exemplificado a partir do trabalho de Boissevain (1987), publicado originalmente em 1974, e em suas críticas ao paradigma funcionalista-estrutural da sociologia (dominante naquele período).

Para os adeptos da segunda vertente, a estrutura das redes constrange as ações e estratégias individuais, ao mesmo tempo em que as reconstrói continuamente. Nesse sentido, essa linha busca se colocar em uma posição mediana entre as abordagens estruturalistas (cuja coerção às ações dos atores sociais seriam bem mais radicais) e as perspectivas que exploram o conceito de individualismo metodológico e escolha racional, que optam pelo caminho inverso ao postular uma liberdade excessiva dos atores em relação aos contextos sociais mais ampliados. Por outro lado, as redes tanto constroem as estratégias e ações individuais, como são ao mesmo tempo moldadas e transformadas de forma contínua pelos atores e fenômenos sociais, criando o que Marques (2000) define como um “individualismo relacional”.

Assim, utilizando-se dessa perspectiva teórica, surgiram muitos estudos em diferentes áreas disciplinares, como a teoria do ator-rede que embasou os trabalhos de Granovetter na denominada nova sociologia econômica<sup>2</sup>, ou os trabalhos de Callon (1991) e Latour (2000) sobre a construção do conhecimento científico, através da definição das denominadas “redes técnico-econômicas”.

Para estes últimos autores, a rede teria uma abrangência bem mais ampla, pois envolveria não somente os indivíduos humanos, mas também os objetos e coisas (dinheiro, máquinas e equipamentos, textos, etc) que são mobilizados nas relações travadas entre os homens, e sem os quais a própria materialidade que embasa a vida social não existiria. Nesse sentido, as redes integrariam tanto seres humanos como não-humanos, para usar a terminologia de Latour (1994), incorporando estes últimos como intermediários que dão forma e consistência aos laços sociais que ligam os indivíduos em rede (Law & Callon, 1992).

Indo nessa mesma linha de argumentação, Callon (2004) reforça o papel das redes sócio-técnicas tanto na produção dos conhecimentos científicos, como na produção de inovações e na competição econômica, destacados como construções sociais e coletivas, em que a interação e os vínculos dos seres humanos entre si e com os intermediários (os seres não-humanos) constituiriam redes locais com pontos apoiando-se entre si, e possibilitando escapar das dicotomias “paralisantes” entre local e global / micro e macro, basicamente através das perspectivas de alongamento dos pontos das redes locais. Outros autores, como

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, um dos principais trabalhos de Granovetter, denominado *Economic action and social structure – the problem of embeddedness* (“Ação econômica e estrutura social – o problema do enraizamento”), e publicado originalmente em 1985.

Boltanski & Chiapello (1999) vão além e afirmam que o “novo espírito do capitalismo” encontra-se expresso na organização social propiciada pela atual fase do modo de produção dominante, amplamente configurada em redes de conexões entre os atores sociais, possibilitando mobilidades e migrações no interior dessas estruturas reticulares.

No que se refere especificamente às temáticas e discussões acerca das áreas rurais e da atividade agrícola, vários pesquisadores vêm se dedicando a estudar as formatações e as posições dos atores nas redes locais. Em geral, os agricultores estruturam redes nas relações sociais e econômicas de proximidade, como as redes de prestação de ajuda mútua, ou de comercialização (Sabourin, 2002), baseadas primordialmente no contato face-a-face (relações diádicas).

Nesse caso, geralmente são referidas as redes sócio-técnicas que os agricultores constroem, e que são bastante estudadas para a compreensão do surgimento e da difusão das inovações na atividade agrícola, por exemplo. Darré (1986), ao adaptar para o meio rural europeu a construção teórica de Rogers & Kincaid (1981), fala de “redes de diálogo técnico”, em que agricultores em condições semelhantes podem participar de grupos locais, com possibilidades de se encontrar, dialogar e cooperar entre si. O conhecimento das configurações estabelecidas nesses grupos permitem traçar o caminho em que novas informações e inovações fazem ao serem adaptadas e difundidas em escala mais ampla no meio rural.

Como exemplos desse tipo de utilização da perspectiva de rede, podemos citar também trabalhos como o de Albaladejo (1999), que constrói uma abordagem acerca da avaliação, adaptação e adoção de inovações na agricultura, afirmando que é bastante difícil propor inovações ou estabelecer referências técnicas sem levar em conta, não apenas as condições reais da produção agrícola, mas também os sistemas e redes locais de conhecimento sociotécnico, construídas pelos próprios agricultores em suas relações sociais com outros agricultores (como as relações de proximidade, de parentesco formal e simbólico, de reciprocidade e de troca mercantil, ou seja, mediada pelo mercado, etc) e com os demais atores dos espaços rurais (prestadores de assistência técnica, lideranças locais, entre outros) que também participam ativamente da construção de um espaço sociotécnico local, em que são intercambiadas informações e práticas acerca da produção agrícola. Esses espaços podem ser de cunhos distintos: cotidiano-produtivos, comerciais ou socioculturais (Sabourin, 2001).

Nessa mesma direção, autores como Veiga (1999), no contexto de fronteira agrícola amazônica, partem para a identificação da configuração dos espaços sociotécnicos nas áreas rurais, além da disposição e morfologia das redes desenhadas por relações de certa forma regulares estabelecidas entre os próprios agricultores familiares ou com agentes externos às localidades (técnicos e extensionistas, por exemplo). Esses casos de adaptação da metodologia das redes sociais para o estudo de características das áreas e populações rurais podem servir para demonstrar que sua utilização pode ser profícua e dotada de múltiplas possibilidades.

#### *2.4. Uma abordagem conjunta de reciprocidade e redes sociais*

Como dito anteriormente, pretendemos trabalhar com as noções de rede e de reciprocidade de maneira interligada, isto é, buscando entender de que forma podem ser organizadas redes locais de reciprocidade, vistas como estruturas fundamentais para a organização social em âmbito local. Um dos autores que procuram investir nesse tipo de

abordagem é Caillé (1998), que vê a dádiva como um dos fatores (entre vários) que são geradores de estruturas reticulares entre os indivíduos. Assim, a reciprocidade fundaria a criação e a manutenção de vínculos sociais, a partir dos valores gerados pela sua existência (como a confiança e a fidelidade).

Bottazzi (1994) também visualiza a possibilidade de se trabalhar a partir das perspectivas das redes as questões relativas à reciprocidade que estão inseridas nas estruturas socioculturais locais, principalmente as redes locais de parentesco, vizinhança, de amizade, profissionais ou comerciais. Entretanto, o autor alerta para o fato de que as relações de reciprocidade em geral se dão em escala restrita (os espaços locais), e que as análises de rede permitiriam visualizar os limites e as fronteiras da reciprocidade, permitindo a identificação dos pontos das redes nos quais as interações e os valores de reciprocidade envolvidos se enfraqueceriam, isto é, os pontos em que as conexões e a densidade das redes locais se vêm diminuídas.

Certamente, esse tipo de perspectiva em comum permite trabalhar alguns dos principais aspectos envolvendo a reciprocidade nas realidades rurais. No entanto, consideramos que dois fatores devem ser elencados para permitir uma melhor compreensão acerca dessa abordagem conjunta, expressa no que pode ser denominado como redes de reciprocidade:

- a) primeiramente, é preciso que nos questionemos acerca das possibilidades de utilização das redes sociais e sócio-técnicas, principalmente levando em conta o fato de que os valores humanos, como a confiança e a solidariedade, são fatores importantes para a constituição das redes. Assim, é necessário observar primeiramente, como faz Sabourin (2005a), que tais valores são construídos, e não atribuídos a indivíduos ou grupos sociais específicos. Dessa forma, como propõe Temple (2004), ao contrário de Polanyi (1980), não é possível que valores de sentido ético sejam mantidos tão-somente no domínio da competência privada dos indivíduos, devendo ter, por isso mesmo, uma validade universal a partir de sua construção nas relações de reciprocidade. Claro está que, em contextos onde predomina o sistema capitalista, como no Brasil, a dimensão da reciprocidade tende a ter sua importância diminuída, em função de conflitos com a lógica do intercâmbio mercantil. Todavia, como alerta Radomsky (2005), certamente as mudanças por que passou o contexto rural brasileiro (e principalmente o “modo de vida” camponês) fazem com que as redes de reciprocidade tenham que ser adaptadas e ressignificadas em um novo contexto, embora não desapareçam as relações de parentesco, amizade e vizinhança, entre outras, cuja existência concreta não é difícil de detectar. Porém, as modificações que podem se processar nessas redes dá aos atores sociais a possibilidade de retrabalhá-las e ressignificá-las, de diversas maneiras, a partir de suas próprias estratégias e ações. Nesse sentido, como afirmam Bagnasco & Triglia (1993), em um novo cenário, as relações de reciprocidade podem ser um dos fatores de regulação do intercâmbio, podendo inclusive fornecer a possibilidade da formação de sistemas híbridos em que ambas as lógicas coexistam;
- b) Por outro lado, é imprescindível observar que existem formas de reciprocidade que geram valores considerados negativos, e cuja distribuição também constrói estruturas em formato de rede, configurando relações sociais específicas. Bottazzi (1994), por exemplo, cita uma forma particular de reciprocidade (o clientelismo), em que há o estabelecimento de relações de poder e de submissão (conforme as análises de Wolf, 2003) em que se

estabelecem relações diádicas (ligações “dois a dois”) assimétricas. Nesse sentido, o clientelismo pode bloquear transformações que estabeleçam relações mais democráticas entre os atores sociais e baseadas em valores positivos, embora também gere vínculos a partir de confiança e fidelidade. Mesmo assim, a existência de outros valores produzidos a partir de comportamentos como o nepotismo e o favorecimento contribuem para que seja necessário um olhar mais atento para as redes locais existentes, de forma a não homogeneizarmos todos os vínculos sociais a partir de uma visão acrítica ou pouco questionadora acerca das lógicas de reciprocidade.

Dessa maneira, a partir da observação desses dois aspectos centrais, julgamos ser plausível a discussão proposta para a análise de políticas e ações ditas de desenvolvimento colocadas em prática no meio rural brasileiro (basicamente as que possuem como público alvo os agricultores familiares), utilizando as noções e conceitos envolvidos no debate sobre as redes locais constituídas a partir da lógica de reciprocidade, desde que se observe os cuidados necessários para não reforçar práticas de reciprocidade negativas a partir dessas estratégias de desenvolvimento.

### **3. As políticas locais de desenvolvimento voltadas para a agricultura familiar: algumas possibilidades para o uso das redes de reciprocidade**

Existe atualmente um debate profícuo sobre desenvolvimento local que envolve uma série de conceituações importantes, das quais escolhemos algumas para serem sucintamente analisados nesse trabalho. Trata-se de discutir algumas possibilidades de se trabalhar políticas e ações de desenvolvimento voltadas para o local, ao mesmo tempo inter-relacionando com os fatores considerados importantes a partir das idéias que apresentamos anteriormente sobre reciprocidade e redes.

Navarro (2001) afirma que o debate em torno do desenvolvimento local (ou endógeno) surgiu a partir da ação de organizações não-governamentais que passaram a desenvolver ações pontuais e específicas (muitas vezes interligadas) que, quando contrapostas aos crescentes processos globalizantes, começaram a enfatizar o espaço local como alvo prioritário de desenvolvimento, a partir da mobilização das populações que viviam nesses territórios (assim, se tornaram mais presentes no debate intelectual conceitos como comunidade, por exemplo).

A força que a expressão veio ganhando também começou a ser notada a partir da crescente descentralização e enfraquecimento da atuação do Estado em vários países. Assim, noções como governança, participação e diálogo entre saberes ganharam espaço e se tornaram, para alguns, o embrião do surgimento de um novo paradigma nas teorias do desenvolvimento. Em comum, tais noções tinham a idéia de que o desenvolvimento não responde só a lógicas puramente econômicas, mas também possui uma forte influência das estruturas sócio-culturais e históricas, cujo espaço de existência por excelência são as localidades (Bagnasco, 1998), e que deveriam guiar as políticas e ações desenvolvimentistas, vindo daí o interesse que as organizações sociais locais e as formas de interação social despertaram nos que estavam envolvidos nesses debates.

Ao discutir as abordagens endógenas de desenvolvimento rural, Lowe *et al.* (1995) destacam principalmente o fato de que esse tipo de perspectiva começou a ser construído a partir da constatação dos fracassos resultantes das iniciativas de desenvolvimento exógeno,

em que os mecanismos e a mola propulsora para desenvolver as regiões rurais estariam em fatores externos aos espaços locais, baseado principalmente em determinismos estruturantes que tiravam qualquer possibilidade teórica de desenvolvimento a partir das condições existentes em âmbito micro. Assim, passaram a ganhar destaque as formulações propondo a utilização dos recursos específicos de uma área determinada para desencadear e sustentar o complexo processo de desenvolvimento.

Tais recursos – naturais, sociais, culturais e humanos – embasariam a diversificação de atividades no meio rural, a partir de abordagens e estratégias formuladas e postas em prática “de baixo para cima”, e não mais “de cima para baixo”, a partir de impulsos prioritariamente locais, que poderiam ser estimulados pelo Estado, mas que existiriam independentemente de sua ação. Por isso, aspectos como o capital social presente nas áreas rurais, a estruturação socioeconômica, as características e comportamentos sócio-culturais, os arranjos político-institucionais locais e o histórico evolutivo desses espaços se tornavam centrais para analisar as possibilidades de um desenvolvimento sustentado endogenamente.

O que parecia paradoxal, no entanto, era o fato de que muitas das instituições que desenvolviam estratégias desenvolvimentistas exógenas, passaram a apoiar em grande número as iniciativas que priorizavam o endógeno, muitas vezes apenas substituindo o discurso, mas na prática visando os mesmos objetivos anteriores, o que valeu a acusação de empirismo aos defensores do desenvolvimento a partir do local (Lowe *et al.*, 1995).

Para Bottazzi (1994), os espaços locais (principalmente os rurais) acabaram sendo descaracterizados em sua organização pela penetração da economia monetária e pelas modificações trazidas pela expansão do regime fordista, como as migrações e as relações assalariadas, que terminaram por reduzir a força de integração das estruturas sócio-culturais comunitárias. Dizendo através de outras palavras, o autor concorda com a tese de Polanyi (1980) acerca da expansão do intercâmbio (mas também da redistribuição em conjunto com este) como sendo um fator de desestabilização dos processos locais regidos pelas lógicas de reciprocidade.

Assim, antes de mais nada, o desenvolvimento endógeno deveria tratar de uma “remontagem” do local, ou seja, seria necessário apoiar as relações criadoras de vínculos sociais, colocando a reciprocidade em relação com a sociabilidade e permitindo que os espaços locais alcançassem um maior grau de autonomia, através das gestões políticas trazidas a partir de uma governança local, que evidentemente estaria ligada à redistribuição, porém de uma forma descentralizada.

Contudo, a construção teórica de Polanyi procurou separar a reciprocidade do intercâmbio e da redistribuição, como se não houvesse possibilidade para lógicas híbridas entre esses elementos de regulação social, ou seja, para esse autor haveria um grau maior ou menor de predominância de um dos três tipos de lógica em diferentes épocas e tipos de sociedade, sendo que nas sociedades capitalistas contemporâneas o domínio corresponderia ao intercâmbio.

Porém, como bem observa Sabourin *apud* Radomsky (2005), essa organização trinitária pode ser vista como a identificação de tipos ideais, ou seja, existem várias combinações entre as mesmas em que aspectos de reciprocidade, por exemplo, podem conviver ou mesmo assumir novas configurações a partir do domínio das lógicas de

intercâmbio. Esse é precisamente o ponto em que mais buscamos nos apoiar, e que pode ser ligado às discussões sobre desenvolvimento endógeno: apesar do fato de que o intercâmbio mercantil tem grande predominância, ampliando cada vez mais seus domínios nos espaços rurais, muitas das lógicas de reciprocidade não desapareceram do cenário, podem estar apenas ressituidas em outros contextos e sob formas diferenciadas.

Mesmo sabendo que a mercantilização crescente das relações sociais no campo (a substituição da troca de diárias pelo pagamento assalariado, por exemplo) e a externalização dos processos de trabalho agrícola antes centralizados nas unidades de produção são uma constatação em muitas regiões rurais (Van der Ploeg, 1992), e que isso pode afetar de maneira negativa a existência de uma série de práticas baseadas na reciprocidade, a existência de lógicas híbridas que combinam valores humanos gerados a partir dessas ações mesmo em um cenário de predomínio do intercâmbio – como demonstra Radomsky (2005) em contextos que poderiam ser definidos como fruto de intensas transformações causadas pela “nova ruralidade” – pode estimular os formuladores de política a pensarem em apoiar as práticas constituidoras de redes locais de reciprocidade, que podem ser um fator-chave para potencializar a utilização dos recursos existentes localmente em iniciativas de desenvolvimento.

Claro está, entretanto, que tal processo terá maiores dificuldades em acontecer caso as políticas direcionadas para o meio rural continuem estimulando ações e estratégias baseadas no princípio do intercâmbio mercantil, e em sua constante expansão (que podem ser resumidas em menos reciprocidade e mais mercados com regulação a partir de princípios e regras definidos pela redistribuição). Por isso, seria necessário identificar bem as relações de reciprocidade, geradoras de valores humanos positivos, tendo em vista apoiá-las através de ações de redistribuição, o que não significa necessariamente uma negação da predominância do intercâmbio mercantil, mas a tentativa de se utilizar um potencial local pouco conhecido ou secundarizado para estimular estratégias de desenvolvimento.

Poderiam ser citados vários casos concretos no meio rural brasileiro que são capazes de fornecer subsídios para essa discussão. Entre eles, a título de exemplo, podemos citar os seguintes como mais interessantes, do nosso ponto de vista, para contribuir nessa direção:

- a) *a utilização de instituições locais fundadas nos princípios de reciprocidade*: esse é um dos aspectos centrais acerca da de reciprocidade nos espaços rurais contemporâneos. Afinal de contas, é bem provável, como afirma Sabourin (2003), que várias instituições embasadas nas lógicas de intercâmbio acabem fracassando em seus objetivos, justamente por não aproveitar as instituições locais baseadas na constituição de redes. Devido à sua própria formatação, a partir de princípios como a concorrência mercantil, muitas dessas novas formas de organização (cooperativas, associações de crédito rural, etc) não conseguem ir adiante por desprezar ou desconsiderar as lógicas de reciprocidade e de organização social construídas por elas. Podemos tomar como um exemplo concreto a política de créditos para a agricultura familiar no Brasil, para as áreas de reforma agrária (gerenciada através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do governo federal), que exige a constituição de associações locais nos assentamentos em que os agricultores teriam direito ao crédito produtivo. Tais organizações, por não levarem em conta as instituições existentes localmente, muitas

vezes acabam se tornando simples espaços de disputas políticas e simbólicas em torno dos recursos do crédito e de poder, podendo contribuir para fortalecer práticas como o clientelismo. Nesse caso, talvez uma observação acerca das organizações sociais existentes localmente (igrejas, sindicatos, grupos sociais locais etc), e geradoras de valores humanos, como os sentimentos de confiança e de justiça, podem fornecer alguns subsídios para a formulação desse tipo de política, tomando-se logicamente o cuidado de não se reforçar comportamentos vistos como negativos, como o favorecimento a determinados grupos no interior de uma localidade, o que pode resultar no aumento de ações de clientelismo e privilegiamento, a partir da concentração de poder nas mãos desses grupos e de indivíduos específicos;

- b) *Redes locais estruturando formas produtivas diferenciadas*: as diferentes maneiras de se visualizar as organizações sociais existentes nos grupos sociais locais podem também estar ligadas a redes baseadas em lógicas de reciprocidade e benefício mútuo. Veiga (2003), por exemplo, mostra que podem existir grupos bem delimitados por relações de parentesco formal, compadrio, amizade, vizinhança e religião, configurando redes sociais específicas, cujos membros compartilham entre si saberes e conhecimentos locais. Assim, pode-se correlacionar determinadas práticas agrícolas (ou mesmo maneiras de cultivo diferentes) a partir da delimitação de estruturas reticulares entre os agricultores familiares, e que estão em relação direta com as intervenções de desenvolvimento. Nesse caso, um olhar mais atento para esse tipo de organização social traz a possibilidade de que tais intervenções possam ser melhor adaptadas aos contextos locais, e não terminem em práticas impositivas de conhecimentos legitimados externamente. Ações de redistribuição voltadas para a área da assistência técnica e da extensão rural, por exemplo, poderiam concatenar às suas estratégias de ação estudos prévios sobre como as lógicas locais de reciprocidade podem contribuir para configurar a estruturação de vínculos sociais e, em consequência, as maneiras de distribuição e de circulação das informações nas redes locais.

Sabourin (2003) ainda coloca outros aspectos como interessantes para estimular políticas de redistribuição, governamentais ou não, como a discussão acerca da multifuncionalidade (a organização social local como geradora de bens públicos que beneficiariam a toda a sociedade, e por isso, poderia ser retribuída, mas não de forma monetarizada).

Outra possibilidade interessante para a formulação de iniciativas de apoio seriam as ações que visam discutir as normas de qualidade dos produtos rurais (Wilkinson, 2002), pelo fato de gerar processos de confiança e proximidade entre agricultores e consumidores, mesmo onde os laços e vínculos sociais das redes locais existentes não alcançam ou são muito tênues.

Por fim, Sabourin (2005a) também destaca a possibilidade de utilização de estruturas atualizadas de reciprocidade em novos contextos, através do compartilhamento de saberes e do resgate de valores tradicionais relacionados às heranças camponesas dos agricultores familiares, mesmo em áreas de predominância da nova ruralidade, caracterizando uma valorização de importantes recursos locais que se julgavam perdidos.

No entanto, somos da opinião de que o aspecto central dessa discussão é justamente o reconhecimento das possibilidades de se trabalhar políticas e iniciativas de desenvolvimento não mais única e exclusivamente voltadas para a lógica utilitarista do livre câmbio, mas que



possam se utilizar das formas de organização locais tradicionais ou renovadas, produzidas a partir da reciprocidade (como, por exemplo, no manejo comum de recursos naturais) para potencializar valores importantes, como a solidariedade e a confiança, em propostas que busquem a mobilização dos recursos e das populações locais.

Portanto, o que pretendemos enfatizar, a partir das situações levantadas, não é a substituição ou a paralisação das lógicas de intercâmbio no meio rural (até porque seria praticamente impossível), ou a defesa exclusiva das lógicas das redes sociais locais em ações de caráter normativo para o desenvolvimento de áreas rurais, mas primordialmente discutir alguns elementos-chave para uma lógica híbrida que congregue as noções de reciprocidade e de redistribuição, de modo a possibilitar novas estratégias de ação que procurem incorporar nas iniciativas de desenvolvimento conhecimentos mais aprofundados sobre as estruturas sócio-culturais locais e busquem evitar fracassos que levem à desorganização da coesão social nesses espaços.

#### 4. Considerações finais

Por fim, procuraremos discutir alguns aspectos relacionados às políticas de desenvolvimento, principalmente levantando alguns prováveis constrangimentos aos objetivos propostos, mas também algumas pistas para futuras pesquisas.

Dessa forma, consideramos que para a formulação e implementação de políticas e intervenções desenvolvimentistas, talvez seja mais interessante considerar as redes locais já consolidadas, buscando formas de expandi-las, do que entrar nas comunidades rurais propondo a construção de novas redes, muitas vezes falhando no objetivo principal de dar prosseguimento à estratégia inicial, pelo simples fato de que as configurações de redes emergentes (e, na maior parte das vezes, não baseadas em princípios de reciprocidade entre os participantes, e sim constituídas a partir das lógicas mercantis) exigem toda a replicação de uma estrutura (principalmente em termos da densidade de relações sociais entre os seus constituintes), que será feita com um grau muito maior de dificuldade (Callon, 1999). Além disso, aspectos como a confiança (que surge a partir de redes de reciprocidade consolidadas) podem não estar presentes nas novas configurações reticulares, trazendo dificuldades para a adesão de novos participantes para a extensão dos pontos dessas redes, o que envolve uma quantidade bem maior de riscos do que o apoio em configurações já consolidadas.

Porém, uma das maiores dificuldades que visualizamos nesse cenário é a discussão sobre a possibilidade de que a utilização da noção de redes sociais (sendo a associação com a reciprocidade um tipo específico delas) possa dirimir as dicotomias (muitas vezes paralisantes) entre o local e o global, ou entre o endógeno e o exógeno. Bottazzi (1994), ao definir espaço local, também expressa essa dificuldade, tendo em vista que o mesmo seria constituído de um nível endógeno, porém mais ou menos condicionado por forças exógenas, que determinariam vários tipos de local.

Essa tensão pode ser abordada, segundo Lowe *et al.* (1995), com as análises de rede, a partir do estudo das ligações estabelecidas entre os atores locais e aqueles situados em outros lugares (no exterior dos espaços locais) e das naturezas das relações específicas para tais vínculos. Nesse sentido, o foco analítico seria concentrado principalmente nas relações de poder estabelecidas no âmbito desses vínculos, se deslocando de uma perspectiva espacial para uma análise social.

Dessa maneira, a pesquisa acerca do conjunto de relações complexas travadas pelas instituições e grupos locais com organizações e atores externos se constitui em um grande desafio, pois trata-se mesmo de superar, a partir da perspectiva das redes sociais, a diferenciação feita entre desenvolvimento endógeno e exógeno, já que uma ampla gama de fatores (tanto internos quanto externos) poderia estar afetando a utilização dos recursos locais e a formulação de estratégias de desenvolvimento, levando regiões periféricas, por exemplo, a depender basicamente de políticas de desenvolvimento propostas e implantadas “de cima para baixo”. Nesse caso, para os autores, cabe perceber a posição dos grupos e instituições sociais nas redes que ultrapassam o local, visando identificar as redes fracas e menos densas, cujo fortalecimento poderia ser estimulado visando alcançar as condições para a promoção de um modelo de desenvolvimento baseado em recursos locais.

Contudo, é necessário enfatizarmos que os contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos, de cada espaço local são diferenciados, e os recursos à disposição também são diversos, o que pode configurar trajetórias evolutivas muitas vezes divergentes mesmo em locais próximos ou aparentemente semelhantes. Sendo assim, as ações e estratégias de desenvolvimento utilizadas em um espaço local podem não ser interessantes ou não se aplicarem ao caso de outros espaços. Para Bagnasco (1998), isso equivale a dizer que as teorias mais gerais sobre o desenvolvimento rural não podem orientar de maneira completa as formas e iniciativas a serem adotadas, podendo ser vistas mais como “caixas de ferramentas”, a partir da qual a combinação de diferentes modelos pode fornecer uma perspectiva mais adequada para a utilização em um determinado espaço local e para a compreensão das suas especificidades e fatores de influência (tanto endógenos quanto exógenos). Portanto, consideramos que tais assertivas são válidas também para as possibilidades de se visualizar as redes locais de reciprocidade como algumas ferramentas que, combinadas a outras, podem fornecer subsídios passíveis de utilização em estratégias de desenvolvimento rural.

## 5. Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, R. (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. p. 21-67.

ALBALADEJO, C. Réflexions sur la notion de “systèmes locaux de connaissance” à partir de projets de recherche/formation et développement en Amérique Latine. In: **Elaboration de références tecnico-économiques**. Montpellier: Cirad Tera, 1999. 12 p.

BAGNASCO, A.; TRIGLIA, C. **La construction sociale du marché**: le defi de la Troisième Italie. Paris: Julillet / Editions de l'ENS-Cachan, 1993. p. 13-94.

BOISSEVAIN, J. Apresentando “amigos de amigos”: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 195-217.



BOLTANSKI, L. **L’amour et la justice comme compétences**: trois essais de sociologie de l’action. Paris: Métailié, 1990. p. 213-234.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È.; **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999. p. 154-238.

BAGNASCO, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana. **Políticas Agrícolas**. Taxco – México, n. especial, p. 13-39. 1998.

BOTTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”. Considérations pour une définition de l’espace local? In: **Nouveaux dynamismes industriels et économie du développement**. Grenoble, FR: IREPD, 1994. p. 423-447.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1996. p. 1-156.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

\_\_\_\_\_. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: le cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. In: CALLON, M. *et al.* **Réseau et Coordination**. Paris: Economica, 1999. p. 13-64.

\_\_\_\_\_. Réseaux technico-économiques et irréversibilités. In: BOYER, B.; CHAVANCE, B.; GODARD, O. (eds.). **Les figures d’irréversibilité en économie**. Paris: EHESS, 1991. p. 195-232.

DARRÉ, J. P. Comment les façons de faire et de penser se transforment: l’étude des réseaux de dialogue. **Agriscopes**, n. 7, p. 143-151, 1986.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 3, n. 91, p. 481-510, 1985.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14, p.173-194, jun. 2000.

LATOUR, B. **Ciência em ação** : como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo : UNESP, 2000. 438 p.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos** : ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro : Editora 34, 1994. 152 p.



LAW, J.; CALLON, M. The life and death of an aircraft: a network analysis of technical change. In: BIJKER, E.; LAW, J. (eds). **Shaping technology / Building society: Studies in sociotechnical change**. Londres: The MIT Press, 1992. p. 21-52.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 1-36.

\_\_\_\_\_. **Les structures élémentaires de la parenté**. Cap. XXVII: Les cycles de la réciprocité. La Haye: Mouton, 1967.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. **Networks In Rural Development: beyond exogenous and endogenous models**. Newcastle, UK: Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 1995. 27 p.

MARQUES, E. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revani; São Paulo: FAPESP, 2000. p. 31-54.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 339-372.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 143-279.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 15, p. 83-100, 2001.

NICOLAS, G. O dom ritual, face velada da modernidade. In: MARTINS, P. H. (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 33-62.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1944/1980. p. 51-99, 161-197 e 289-293.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005. Porto Alegre: GEPAD / PGDR / UFRGS, 2005. **Anais...** 25 p. 1 CD-ROM.

ROGER, E. M.; KINCAID, D. L. **Communication networks: toward a new paradigm for research**. Nova York: The Free Press, 1981. 386 p.

SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. Belo Horizonte: SBS, 2005a. **Anais...** 20 p.

\_\_\_\_\_. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., 2005. Porto Alegre: GEPAD / PGDR / UFRGS, 2005b. **Anais...** 17 p. 1 CD-ROM.



\_\_\_\_\_. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 11., 2003. Aracaju: CISO, 2003. **Anais...** 25 p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21-37.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 37-61, abr. 2001.

TEMPLE, D. **Reciprocité et valeur**. 2004. Disponível em: <<http://dominique.temple.chez.tiscali.fr>>. Acesso em: 09 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Les structures élémentaires de la reciprocité. **La Revue du M.A.U.S.S.** n. 12, v. 2, 1998. p. 234-242.

VAN DER PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, Campesinado y Historia**. Madrid, España: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. In: SIMÕES, A. (org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: UFPA / NEAF / SBSP, 2003. p. 125-146.

\_\_\_\_\_. **Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux en question**. Toulouse, 1999. 350 f. Tese (Doutorado em Estudos Rurais, área de concentração Sociologia). Université Toulouse Le Mirail.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

WOLF, E. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p. 93-114.